

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SECIONAL DE SÃO PAULO

AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS DE 2021

ABRIL DE 2022

We do better, come together

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECIONAL DE SÃO PAULO

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes

Anexo I – Balanços patrimoniais

Anexo II – Demonstrações do resultado

Anexo III – Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Anexo IV – Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Sumário das notas explicativas

1.	Contexto operacional	12
2.	Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis	13
3.	Principais julgamentos e fontes de incertezas nas estimativas	14
4.	Principais práticas contábeis	15
5.	Caixa e equivalentes de caixa	20
6.	Valores em cobrança	20
7.	Direito de uso de arrendamento	21
8.	Imobilizado	22
9.	Intangível	25
10.	Empréstimos e financiamentos	25
11.	Contribuições estatutárias	26
12.	Retenções contratuais	28
13.	Receitas – assistência financeira	29
14.	Provisão para riscos processuais	30
15.	Patrimônio líquido	31
16.	Receitas ordinárias	32
17.	Custo das receitas ordinárias	32
18.	Receitas extraordinárias	33
19.	Custo das receitas extraordinárias	34
20.	Despesas com pessoal	34
21.	Despesas administrativas e gerais	35
22.	Superávit do exercício	35
23.	Gerenciamento de riscos	35
24.	Trabalho voluntário	36
25.	Cobertura de seguros	37

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs. Diretores e Administradores da
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECIONAL DE SÃO PAULO

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECIONAL DE SÃO PAULO (“OAB”/“ENTIDADE”)** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir, intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECIONAL DE SÃO PAULO** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e a Interpretação Técnica – ITG 2002 aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, com o Estatuto da Advocacia e da OAB, instituído por meio da lei 8.906, de 4 de julho de 1994, Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB e Provimentos do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Base para opinião com ressalva

De acordo com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprova a ITG 2002 – Norma Brasileira de Contabilidade para Entidade sem Finalidade de Lucros, alterada pela ITG 2002 (R1), o trabalho voluntário das entidades sem fins lucrativos deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço, como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. Conforme descrito na nota explicativa nº 24, em decorrência de sua dimensão, a Entidade não mensurou o valor do trabalho voluntário para os exercícios de 2021 e 2020, logo, não nos foi possível concluir por meio de procedimentos alternativos de auditoria sobre os valores envolvidos e seus possíveis impactos nas demonstrações contábeis, em decorrência da ausência dessa mensuração e consequente ausência de divulgação em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações

contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes, previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional e ao uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade, cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das atividades.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de

auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de abril de 2022.

PP&C Auditores Independentes

CRC2SP16.839/O-0

Giacomino Walter Luiz de Paula

CRC1SP243.045/O-0

Contador



SÃO PAULO
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

ANEXO I

Balço patrimonial em 31 de dezembro

Em reais

ATIVO	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	138.744.924	130.528.319
Valores em cobrança	6	116.165.339	108.488.306
Contribuições estatutárias antecipadas		1.903.043	2.792.594
Adiantamentos diversos		791.283	678.907
Outros ativos		411.911	457.679
		258.016.500	242.945.805
Não Circulante			
Depósitos judiciais		189.186	842.027
Aplicações financeiras	5	3.722.222	7.055.555
Investimentos		71.741	71.741
Direito de uso de arrendamento	7	28.844.223	9.881.540
Imobilizado	8	159.494.420	149.224.782
Intangível	9	3.301.276	1.908.091
		195.623.068	168.983.736
		453.639.568	411.929.541

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



SÃO PAULO

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Seção de São Paulo

ANEXO I

PASSIVO	Nota	2021	2020
Circulante			
Empréstimos	10	2.569.985	3.241.189
Contribuições estatutárias:			
Conselho Federal	11.1	12.108.671	11.752.290
CAASP	11.2	23.692.024	23.774.386
Fundo Cultural	11.3	3.315.671	3.248.231
FIDA	11.4	2.228.178	2.350.458
Contas a pagar		6.072.842	5.230.901
Arrendamento/Locação	7	9.614.741	9.773.972
Provisão para férias e encargos sociais		8.594.656	6.033.832
Retenções contratuais	12	5.462.850	3.902.851
Receitas antecipadas		5.947.008	8.726.856
Receitas - assistência financeira	13	2.019.838	2.019.838
Obrigações sociais e fiscais a recolher		8.243.519	5.154.699
		89.869.983	85.209.503
Não circulante			
Empréstimos	10	1.685.185	4.247.063
Provisão para riscos processuais	14	9.178.403	9.510.239
Retenções contratuais	12	35.536.099	33.456.042
Arrendamento/Locação	7	19.229.482	646.979
Receitas - assistência financeira	13	41.871.424	43.891.262
		107.500.593	91.751.585
Patrimônio líquido	15		
Patrimônio social		165.894.415	165.894.415
Ajustes de avaliações patrimoniais		29.201.966	29.627.831
Superávits acumulados		61.172.611	39.446.207
		256.268.992	234.968.453
		453.639.568	411.929.541

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



SÃO PAULO

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Seção de São Paulo

ANEXO II

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas			
Ordinárias			
Anuidades pessoas físicas		315.152.790	309.863.354
Contribuições de pessoas jurídicas		2.053.397	2.406.944
Taxas e emolumentos		10.975.547	9.342.907
Inscrições		9.183.751	8.209.143
Multas e atualizações monetárias de anuidades		1.335.533	1.434.127
	16	338.701.018	331.256.475
(-) Custo das receitas ordinárias	17	(7.936.073)	(9.314.651)
Receita ordinária líquida		330.764.945	321.941.824
Extraordinárias			
Serviços		67.352.542	69.232.732
Concursos		8.053.388	2.707.991
Financeiras		12.438.150	6.128.114
Diversas		12.715.864	5.670.596
	18	100.559.944	83.739.433
(-) Custo das receitas extraordinárias	19	(61.789.175)	(63.493.417)
Receita extraordinária líquida		38.770.769	20.246.016
Deduções das receitas			
Contribuições estatutárias		(106.086.039)	(104.490.324)
Provisão para perdas		(15.950.224)	(15.658.733)
		(122.036.263)	(120.149.057)
Receitas líquidas		247.499.451	222.038.783

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



SÃO PAULO

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Seção de São Paulo

ANEXO II

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Despesas			
Despesas ordinárias			
Com pessoal	20	(144.009.288)	(152.612.085)
Administrativas e gerais	21	(85.045.012)	(62.866.086)
Outras despesas		<u>(2.316.483)</u>	<u>(1.534.798)</u>
		(231.370.783)	(217.012.969)
(-) Apropriações ao Fundo Cultural		9.025.649	8.701.719
Escola Superior de Advocacia		9.025.649	8.701.719
(-) Apropriações para custos			
Jornal do advogado e exame da ordem		576.038	940.644
Copiadoras - locação de máquinas		938.059	755.225
Notas de débito - CAASP		3.323.748	3.137.487
Copiadoras - materiais		316.563	361.304
Cobrança de anuidades pessoas físicas e jurídicas		3.177.595	3.805.976
Taxas e emolumentos - confecção de carteiras		<u>698.004</u>	<u>690.958</u>
		9.030.007	9.691.594
Despesas extraordinárias			
Financeiras		(4.864.398)	(3.984.243)
Outras		<u>(8.019.387)</u>	<u>(4.830.417)</u>
		(12.883.785)	(8.814.660)
Superávit do exercício		<u>21.300.539</u>	<u>14.604.466</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

ANEXO III

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em reais

	Patrimônio social	Ajustes de avaliação patrimonial	Superávits acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2019	121.124.614	30.053.691	69.185.682	220.363.987
Transferência dos superávits do exercício	44.769.801		(44.769.801)	-
Realização da reserva de reavaliação		(425.860)	425.860	-
Superávit do exercício			14.604.466	14.604.466
Em 31 de dezembro de 2020	165.894.415	29.627.831	39.446.207	234.968.453
Realização da reserva de reavaliação (Nota 15)		(425.865)	425.865	-
Superávit do exercício			21.300.539	21.300.539
Em 31 de dezembro de 2021	165.894.415	29.201.966	61.172.611	256.268.992

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



SÃO PAULO
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
 Seção de São Paulo

ANEXO IV

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em reais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	21.300.539	14.604.466
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	19.572.758	18.318.392
Alienação de ativos	8 (8.066)	(541.161)
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	6 27.795.800	18.570.989
Atualização monetária - retenções contratuais	12 3.640.056	2.025.062
Juros sobre empréstimos e financiamentos	10.1 687.929	804.119
Juros sobre arrendamentos	317.132	863.663
Provisão para riscos processuais	14.1 2.093.135	2.864.304
	75.399.283	57.509.834
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Cobrança	(5.457.086)	321.515
Anuidades a receber	(30.015.747)	(27.092.445)
Contribuição estatutária	889.551	(582.505)
Adiantamentos diversos	(112.376)	1.520.156
Outros ativos	698.609	(190.332)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Contas a pagar	841.940	(2.037.293)
Contribuição estatutária	219.180	4.114.988
Receita diferida	(2.019.838)	(2.001.104)
Provisão para contingências	(2.424.971)	(2.656.206)
Receitas antecipadas	(2.779.848)	1.820.328
Provisão de folha	2.560.824	327.811
Obrigações fiscais	3.088.820	(842.015)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	40.888.341	30.212.732
Fluxo de caixa de investimentos		
Investimentos e imobilizado	8 (19.015.361)	(19.009.182)
Intangível	(2.349.361)	(410.549)
Aplicação financeira	3.333.333	2.944.445
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(18.031.389)	(16.475.285)
Fluxo de caixa de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos	10.1 (2.916.856)	(2.916.856)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	10.1 (1.004.155)	(1.092.626)
Direito de uso de arrendamento (*)	(10.402.204)	(9.069.162)
Juros pagos sobre arrendamentos (*)	(317.132)	(863.663)
Retenções contratuais - Mútuo CAASP	-	(693.486)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(14.640.348)	(14.635.793)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	8.216.605	(898.347)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	130.528.319	131.426.665
No fim do exercício	138.744.924	130.528.319
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	8.216.605	(898.347)

(*) Reclassificado de atividades de investimentos para atividades de financiamentos para melhor apresentação

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021

Em reais

1. Contexto operacional

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), constituída por meio do artigo 17 do decreto 19.408, de 18 de novembro de 1930, possui personalidade jurídica e forma federativa. Tem por finalidade defender a Constituição, a ordem jurídica do estado democrático de direito, os direitos humanos, a justiça e pugnar pela boa aplicação das leis, pela rápida administração da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas, além de promover, com exclusividade, a representação, a defesa, a seleção e a disciplina dos advogados em toda a República Federativa do Brasil.

Criada em 22 de janeiro de 1932, a Seção de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB SP) é a maior do País, com um contingente que ultrapassa 355 mil advogadas e advogados, além de 34 mil sociedades inscritas. A Entidade mantém mais de 120 comissões atuantes, entre permanentes e especiais, que desenvolvem importante trabalho de estudo e aperfeiçoamento da legislação, além de zelar pelo bom desempenho da profissão, contando com mais de 915 postos de atendimento espalhados por todo o estado de São Paulo, incluindo as 253 Subseções.

Devido à atual pandemia do coronavírus (Covid-19), a Entidade enfrentou em 2020 uma redução no fluxo normal de atividades, ao passo que em 2021, com a retomada gradual das atividades, sempre mantendo medidas cautelares, visando evitar a propagação do vírus. Essas ações se baseiam sempre nas recomendações técnicas proferidas pelas entidades médico-sanitárias estaduais e governamentais.

A gestão constantemente avalia o impacto do surto nas operações na posição patrimonial e financeira da Entidade, além de promover ações de caráter institucional, emergencial e humanitário frente a esse cenário, tais como:

- Auxílio-alimentação de caráter humanitário para advogadas e advogados acometidos pela Covid-19, em conjunto com a CAASP (Caixa de Assistência dos Advogados);
- Campanhas sociais de caráter humanitário para atendimento da população carente de forma direta e indireta, em conjunto com a CAASP;
- Resolução Conjunta com a CAASP, visando prorrogação do pagamento das parcelas da anuidade vigente e anteriores devido ao período de crise;
- Portaria visando renegociação de contratos, de modo a minimizar os custos e impactos financeiros, sem prejuízo da continuidade com excelência dos serviços e recursos necessários para atendimento à classe;



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021

Em reais

- Palestras virtuais, *webinars* e atuações diversas pelas Comissões temáticas da Entidade, abordando assuntos relacionados, de modo a interagir e integrar toda a classe e a população; e
- *Home-office* aos colaboradores, sem prejuízo de atendimento presencial (quando necessário), em observância às recomendações feitas pelas entidades médico-sanitárias, estaduais e municipais.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Entidade, inclusive as notas explicativas, estão apresentadas em reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e a Interpretação Técnica – ITG 2002, aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, com o Estatuto da Advocacia e da OAB, instituído por meio da lei 8.906, de 4 de julho de 1994, Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB e Provimentos do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, quando aplicável. Para a Entidade não há diferenças entre o resultado abrangente do exercício e o resultado do exercício, dessa forma, a Entidade apresenta apenas a demonstração do resultado.

A administração declara que todas as informações relevantes, próprias das demonstrações contábeis, estão evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão.

Em 25 de abril de 2022, a administração da Entidade aprovou a emissão das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de determinados instrumentos financeiros derivativos e não derivativos, quando aplicável, os quais são mensurados por seus valores justos.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021

Em reais

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, que é a moeda principal do ambiente econômico no qual a Entidade atua (“moeda funcional”), sendo que quando a moeda for diferente da moeda funcional de apresentação das demonstrações contábeis, ela é convertida para o real (R\$) na data do fechamento.

3. Principais julgamentos e fontes de incertezas nas estimativas

Na aplicação das políticas contábeis, a Entidade faz julgamentos e elabora estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir, significativamente, dessas estimativas. A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas.

a) Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

É definida com base em avaliação e qualificação dos riscos, cuja probabilidade de perda é considerada provável. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da administração juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

b) Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa

As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são constituídas, quando aplicável, para levar os valores em cobrança a seu valor de recuperação, com base em um modelo de perda de crédito esperada. A Entidade estimou a perda de crédito esperada para valores em cobrança, definindo premissas com base em históricos de pagamentos do devedor e considerações sobre acordos financeiros, além de análises sobre fatores externos e macroeconômicos.

c) Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Entidade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021

Em reais

4. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados:

a) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são avaliados pelo custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, quando aplicável. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de liquidez, cujas taxas são factíveis às de mercado, estando ao seu valor justo e de realização.

As aplicações financeiras são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço (imune da retenção do imposto de renda) ou valor da cota de fundo de investimento.

b) Valores em cobrança

Correspondem aos valores a receber de associados no decurso normal das atividades da Entidade. Os valores a receber são reconhecidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, deduzidos de provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”) para cobrir eventuais perdas esperadas na realização desses créditos.

A administração efetuou a mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais, definindo premissas com base em informações históricas de pagamentos dos devedores e considerações sobre acordos financeiros, além de análises sobre fatores externos e macroeconômicos.

O cálculo do valor presente não resultou em valores relevantes, razão pela qual não foram contabilizados.

c) Imobilizado

O ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido das depreciações acumuladas e perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada, quando necessário.

A depreciação é substancialmente reconhecida no resultado, pelo método linear, com base nas taxas fiscais de depreciação, que se aproximam da vida



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021

Em reais

útil estimada de cada ativo, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente depreciado.

d) Intangível

Os ativos intangíveis compreendem, prioritariamente, direito de uso de softwares e são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização, calculadas com base nas taxas anuais.

e) Demais ativos circulantes e não circulantes

Os ativos circulantes e não circulantes estão registrados pelos seus valores de aquisição, ajustados aos seus valores prováveis de realização, quando aplicável.

f) Empréstimos

Atualizados com base nas variações monetárias, acrescidas dos respectivos encargos incorridos até a data de encerramento do exercício.

g) Receitas de assistência financeira

Correspondem aos valores recebidos por meio de assistência financeira do Conselho Federal, para a aquisição da nova sede do Conselho Secional e novas sedes de Subseções, sendo assim reconhecida no resultado quando os critérios de exigência de reconhecimento da receita forem atendidos, no caso, concomitantemente à efetivação da depreciação dos imóveis.

h) Contribuições estatutárias

As contribuições estatutárias são devidas ao Conselho Federal, à Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo, ao Fundo Cultural e ao Fundo de Integração e Desenvolvimento Assistencial dos Advogados (FIDA), constituídas de acordo com os artigos 56 e 57 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil e suas atualizações, sobre as receitas brutas mensais de anuidades, incluídas as eventuais atualizações monetárias, considerando, inclusive, as correspondentes provisões para perdas, nos termos da lei 8.906/94, nos seguintes percentuais:

- 10% para o Conselho Federal;
- 20% para a Caixa de Assistência dos Advogados;
- 3% para o Fundo Cultural; e
- 2% para o FIDA.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021

Em reais

Os passivos correspondentes são provisionados com base nas anuidades lançadas e não recebidas, líquidas das provisões para perdas constituídas.

i) Retenção contratual

Corresponde aos valores objeto de instrumento de mútuo pactuado junto à Caixa de Assistência dos Advogados, considerando repasses estatutários não efetivados nos anos de 2002 a 2003, corrigidos monetariamente.

j) Provisão para férias e encargos sociais

A provisão para férias é constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados até o final do exercício (engloba as férias vencidas e proporcionais) e inclui os encargos sociais incidentes.

k) Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são registrados pelos seus valores conhecidos ou calculáveis e, quando aplicável, acrescidos dos encargos e atualizações monetárias incorridos até a data do balanço.

As receitas antecipadas referem-se às anuidades do exercício de 2022, recebidas em 2021, as quais foram apropriadas ao resultado do exercício social subsequente.

l) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Entidade se torna parte de suas disposições contratuais. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, em que tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos financeiros

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Entidade são caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e valores a receber, classificados como empréstimos e recebíveis, pois representam ativos financeiros não



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021

Em reais

derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, menos perdas do valor recuperável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, quando aplicável.

Passivos financeiros não derivativos

A Entidade determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Os passivos financeiros não derivativos são inicialmente mensurados pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos.

Os principais passivos financeiros não derivativos reconhecidos pela Entidade são: empréstimos e financiamentos, contas a pagar, taxas, impostos, contribuições e obrigações sociais, retenções contratuais, receitas antecipadas e assistência financeira. Esses passivos financeiros geralmente não são negociados antes do vencimento.

m) Apuração do resultado do exercício

As receitas e despesas são apropriadas segundo a sua natureza, com observância ao regime de competência.

n) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro não são devidos, em virtude de a OAB SP gozar de imunidade tributária em relação aos seus bens, rendas e serviços, conforme disposto no artigo 150, parágrafo 2, da Constituição Federal, combinado com o parágrafo 5º do artigo 45 da Lei Federal 8.906/94, de 4 de julho de 1994.

o) Ajuste de avaliação patrimonial

Constituída com base nos laudos de avaliação dos imóveis preparados por empresas especializadas, conforme descrito na nota explicativa nº 15.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021

Em reais

p) Arrendamento

A Entidade reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e, subsequentemente, pelo custo menos qualquer amortização acumulada e perdas ao valor recuperável e ajustado pela taxa dos respectivos contratos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis e arrendamentos que não foram pagos na data de transição, descontados usando uma taxa nominal única, baseada na taxa determinada no contrato (IPC-FIPE e IGPM-FGV).

A Entidade remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros do arrendamento, resultante de alteração em índice ou em taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

A Entidade aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos que incluem opções de renovação (o prazo estimado pela entidade foi de 3 anos). A assertividade da avaliação de se a Entidade pode exercer essas opções tem impacto direto no prazo do arrendamento, podendo afetar significativamente o valor do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso reconhecido. As opções de extensão e rescisão estão incluídas em diversos contratos de arrendamento da Entidade.

q) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possuir uma obrigação real, legal ou constituída, como resultado de um evento passado, e for provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido, preparadas pela administração da Entidade e pelos seus consultores jurídicos, quando necessário.



SÃO PAULO
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021

Em reais

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2021	2020
Caixa	215.591	193.291
Bancos	6.407.361	5.099.496
Aplicações financeiras	135.844.194	132.291.087
	142.467.146	137.583.874
Ativo circulante	138.744.924	130.528.319
Ativo não circulante	3.722.222	7.055.555

As aplicações financeiras são compostas por fundo de investimento, aplicações em CDBs e poupança, são representadas por valores de liquidez imediata, registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, remuneradas às taxas médias de mercado, podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem modificação substancial de seus valores.

- Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são lastreados em DI, os quais a remuneração varia entre 100% a 120% do CDI;
- Os Fundos de Investimentos estão alocados em carteiras diversas com lastros de IPCA.

Os rendimentos líquidos do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram R\$ 8.437.223 (2020 R\$ 2.088.829), registrados nas contas de juros/rendimentos de aplicação e fundos, demonstrado na Nota nº 18.

6. Valores em cobrança

Descrição	2021			2020		
	Valores em cobrança	Provisão para perdas estimadas	Saldo líquido	Valores em cobrança	Provisão para perdas estimadas	Saldo líquido
Multa disciplinar	7.074.633	(7.074.633)		7.052.692	(7.052.692)	
Anuidades						
2004 a 2015	104.701.069	(104.701.069)		110.470.222	(109.569.009)	901.213
2016	21.499.228	(20.424.267)	1.074.961	23.935.357	(20.345.054)	3.590.304
2017	27.435.659	(23.320.310)	4.115.349	31.130.148	(23.347.611)	7.782.537
2018	32.202.427	(25.761.942)	6.440.485	36.995.834	(24.047.292)	12.948.542
2019	37.928.815	(26.550.170)	11.378.645	45.370.715	(24.953.893)	20.416.822
2020	52.693.370	(28.981.354)	23.712.016	78.293.667	(15.658.733)	62.634.933
2021	79.751.121	(15.950.224)	63.800.897			
Cartões de crédito	5.598.377		5.598.377	169.347		169.347
Jornal do advogado	44.609		44.609	44.609		44.609
Outros valores a receber	680.295	(680.295)	-	674.179	(674.179)	-
	369.609.603	(253.444.264)	116.165.339	334.136.770	(225.648.464)	108.488.306



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021

Em reais

Os esforços contínuos da administração na gestão de recuperação da inadimplência vêm se intensificando, ao passo que se observa o crescimento da expectativa quanto à importância esperada para arrecadação. A evolução tem ocorrido mediante ações programadas e de efetivações pontuais.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base em modelo de perda de crédito esperada, cujo montante é considerado suficiente para cobrir eventuais prejuízos nos valores a receber na anuidade.

A movimentação está demonstrada abaixo:

Descrição	Movimentação
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(225.648.464)
Adições – 2021	(15.950.224)
Adição/Reversão líquida de anos anteriores	(11.845.576)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(253.444.264)

7. Direito de uso de arrendamento

Os arrendamentos nos quais a Entidade (como arrendatária) detém substancialmente os riscos e benefícios da propriedade são classificados como direito de uso de arrendamentos, os quais são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e o valor presente dos pagamentos previstos em contrato.

Durante o período de vigência contratual, os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício como despesa financeira.

As taxas utilizadas nos cálculos dos contratos foram o IPC-FIPE de 9,74% a.a. e o IGPM-FGV de 17,79% a.a.



SÃO PAULO
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
 Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021

Em reais

A Entidade possui contratos de locações da Secional e Subseções e, a seguir, apresentamos a movimentação dos arrendamentos após a adoção do CPC 06 (R2) – Arrendamentos:

Movimentação do Direito de Uso:

	Valor – R\$
Adoção inicial (31 de dezembro de 2020)	9.881.540
Novo carregamento	28.844.223
Depreciação do exercício	(9.881.540)
Direito de uso, líquido em 31 de dezembro de 2021	28.844.223

Movimentação do Passivo do Arrendamento:

	Valor – R\$
Adoção inicial (31 de dezembro de 2020)	(10.420.951)
Novo carregamento	(28.844.223)
Pagamentos – Principal/ Juros	10.420.951
Passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2021	(28.844.223)
Passivo de arrendamento circulante	(9.614.741)
Passivo de arrendamento não circulante	(19.229.482)

8. Imobilizado

Descrição	Taxas (%) anuais de depreciação	2021			2020
		Custo corrigido	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos		28.710.152		28.710.152	27.177.027
Edifícios		121.276.545	(29.392.869)	91.883.676	78.552.439
Instalações	10	5.284.270	(4.112.405)	1.171.865	1.223.807
Móveis e utensílios	10	38.840.396	(23.123.241)	15.717.155	13.781.871
Veículos	20	245.736	(112.100)	133.636	120.803
Equipamentos de computação	20	25.599.899	(18.541.288)	7.058.611	4.566.628
Imobilizado em curso		14.819.325		14.819.325	23.802.207
		234.776.323	(75.281.903)	159.494.420	149.224.782

No exercício de 2016, a OAB SP promoveu tratativas de financiamentos destinados às construções e ampliações de outros 14 (quatorze) novos imóveis para abrigar sedes de subseções nas cidades de Aguaí, Guaratinguetá, Itápolis, Lençóis Paulista, Mairinque, Matão, Miracatu, Santa Fé do Sul, Santa Rita do Passa Quatro, São Pedro, São Sebastião da Gramma, Tatuí, Teodoro Sampaio e Itapetininga, tendo como objetos de garantia aprovados pelo Conselho Secional os imóveis localizados na Rua Maria Paula nº 23, 29 e 35,



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021

Em reais

esquina da Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, nº 258 e 264 – São Paulo, Capital, por meio de hipoteca, pelo valor de R\$ 4.742.960 com vencimento em 15 de abril de 2022.

Ainda no exercício de 2016, a OAB SP deu início à construção desses imóveis, sendo concluída em 2018.

O registro da hipoteca consta devidamente averbado junto ao 4º Cartório de Registro de Imóveis em 4 de maio de 2017, nos termos do instrumento de Cédula de Crédito Bancário emitida pela Instituição Financeira.

Em continuidade à expansão de suas instalações, a OAB-SP promoveu, no curso de 2018, novas obtenções de financiamentos com Capital de Giro no montante de R\$ 10.000.000, destinados às construções, ampliações e reformas de outros 31 (trinta e um) imóveis que abrigam as sedes de subseções, com vencimento em 2 de outubro de 2023.

No exercício de 2018, a OAB SP deu início à construção dos imóveis das Subseções de Pinheiros e Sorocaba. Em 2019, iniciaram as obras para as Subseções de Tupã/Bastos, Boituva, Carapicuíba, Guaira, Ibiúna, Mauá, Monte Alto, Ourinhos, Patrocínio Paulista, Pompéia, Santa Bárbara d'Oeste, Sorocaba e Ubatuba. Já para 2020, teve início da ampliação do imóvel de Itapeva. As obras de Altinópolis, Carapicuíba, Monte Alto e Santa Bárbara d'Oeste continuam em andamento, com previsão de conclusão para 2022, sendo que as demais obras citadas foram finalizadas ou entregues em 2021.

Ainda, no exercício de 2021, a OAB SP deu início a novas construções, ampliações e reformas de imóveis para as Subseções de Araçatuba, Assis, Auriflora, Bragança Paulista, Catanduva, Franca, Itaquaquecetuba, Jaguariúna, Jundiaí, Nhandeara, Osasco, Pederneiras, Santa Cruz do Rio Pardo, Santo André, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Manuel, São Sebastião, Sertãozinho, Taquaritinga, Tatuí e Taubaté. O cronograma para conclusão ou entrega das respectivas obras está previsto para o exercício de 2022.



SÃO PAULO
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
 Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021

Em reais

As movimentações do ativo imobilizado estão assim apresentadas:

2021					
Descrição	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Terrenos	27.177.027	1.533.125			28.710.152
Edifícios	103.853.939			17.422.606	121.276.545
Instalações	5.213.440	211.837	(141.007)		5.284.270
Móveis e utensílios	34.561.423	4.455.308	(176.335)		38.840.396
Veículos	225.978	53.480	(33.722)		245.736
Equipamentos de computação	21.376.803	4.321.887	(98.791)		25.599.899
Imobilizado em curso	23.802.207	8.439.724		(17.422.606)	14.819.325
Custo	216.210.817	19.015.361	(449.855)	-	234.776.323
Edifícios	(25.301.500)	(4.091.369)			(29.392.869)
Instalações	(3.989.633)	(263.780)	141.008		(4.112.405)
Móveis e utensílios	(20.779.552)	(2.516.753)	173.064		(23.123.241)
Veículos	(105.175)	(40.648)	33.723		(112.100)
Equipamentos de computação	(16.810.175)	(1.841.239)	110.126		(18.541.288)
Depreciação	(66.986.035)	(8.753.789)	457.921		(75.281.903)
Imobilizado líquido	149.224.782	10.261.572	8.066	-	159.494.420
2020					
Descrição	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Terrenos	27.063.535	113.492			27.177.027
Edifícios	103.853.939				103.853.939
Instalações	4.887.584	325.856			5.213.440
Móveis e utensílios	32.325.299	3.708.014	(1.471.890)		34.561.423
Veículos	567.844	-	(341.866)		225.978
Equipamentos de computação	22.008.161	1.674.118	(2.305.476)		21.376.803
Imobilizado em curso	10.614.505	13.187.702			23.802.207
Custo	201.320.867	19.009.182	(4.119.232)	-	216.210.817
Edifícios	(21.638.153)	(3.663.347)			(25.301.500)
Instalações	(3.746.185)	(243.448)			(3.989.633)
Móveis e utensílios	(20.050.462)	(2.513.663)	1.784.573		(20.779.552)
Veículos	(263.723)	(67.409)	225.957		(105.175)
Equipamentos de computação	(17.671.505)	(1.788.533)	2.649.863		(16.810.175)
Depreciação	(63.370.027)	(8.276.400)	4.660.393		(66.986.035)
Imobilizado líquido	137.950.840	10.732.782	541.161	-	149.224.782

Em 2021, as transferências somaram R\$ 17.422.606, relativas a obras finalizadas nas subseções das cidades de Aguai, Bastos, Boituva, Guaira, Ibiúna, Mauá, Mogi Mirim, Ourinhos, Patrocínio Paulista, Pinheiros, Pompéia, Sorocaba e Ubatuba.



SÃO PAULO
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021

Em reais

9. Intangível

Descrição	Percentual de amortização anual	2021		2020	
		Custo corrigido	Amortização	Líquido	Líquido
Direitos de uso de software	20	11.275.743	(7.975.162)	3.300.581	1.907.396
Marcas e patentes		695		695	695
		11.276.438	(7.975.162)	3.301.276	1.908.091

10. Empréstimos e financiamentos

Descrição	2021	2020
Empréstimos e financiamentos	4.255.170	7.488.252
	4.255.170	7.488.252
Circulante	2.569.985	3.241.189
Não circulante	1.685.185	4.247.063

10.1 Movimentação

Modalidade	Vencimento	Saldo inicial	Pagamentos	Juros		Saldo final
				Provisionados	Pagos	
Capital de giro (a)	out/23	4.407.408	(1.555.556)	261.454	(261.454)	2.851.852
Capital de giro (a)	jul/23	1.722.222	(666.666)	77.820	(77.821)	1.055.555
BNDES (b)	abr/22	1.358.622	(694.634)	348.655	(664.880)	347.763
		7.488.252	(2.916.856)	687.929	(1.004.155)	4.255.170

Modalidade	Vencimento	Saldo inicial	Pagamentos	Juros		Saldo final
				Provisionados	Pagos	
Capital de giro (a)	out/23	6.001.077	(1.555.556)	344.316	(382.429)	4.407.408
Capital de giro (a)	jul./23	2.398.879	(666.666)	135.470	(145.461)	1.722.222
BNDES (b)	abr./22	2.293.659	(694.634)	324.333	(564.736)	1.358.622
		10.693.615	(2.916.856)	804.119	(1.092.626)	7.488.252

10.2 Garantias

- a) Com finalidade de manutenção da operação, os empréstimos captados para capital de giro têm como garantia aplicações financeiras em fundo de investimento com vencimento em 2023 (vide nota explicativa nº 5).



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021

Em reais

- b) Financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) captado por meio do Santander S.A., para projeto de realocação de algumas sedes de subseções da OAB-SP, com o objetivo de equacionar a demanda atual de infraestrutura e atender a futuras necessidades de ampliação. Como garantias do empréstimo, foram concedidas as hipotecas do prédio e respectivo terreno, situado na Rua Maria Paula nº 23, 29 e 35.

10.3 Cláusulas contratuais restritivas (*Covenants*)

A Entidade possui empréstimos e financiamentos bancários garantidos que contêm cláusulas restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro dessas cláusulas restritivas pode exigir que a Entidade pague os empréstimos e financiamentos antes da data indicada na tabela anteriormente apresentada.

As cláusulas restritivas (*covenants*) constituídas nos instrumentos de empréstimos e financiamentos da Entidade são operacionais e não financeiras, para as quais a administração entende que não houve descumprimentos ou violações, estando assim adimplente com todas as cláusulas estipuladas nos contratos.

Os *covenants* estão atrelados aos empréstimos junto ao banco Santander e BNDES.

11. Contribuições estatutárias

Os valores correspondentes aos exercícios anteriores serão quitados à medida que forem sendo recebidos.

11.1 Conselho Federal

Descrição	2021	2020
Provisões referentes às cobranças		
A receber com anuidades de 2015		90.122
A receber com anuidades de 2016	107.495	359.030
A receber com anuidades de 2017	411.535	778.254
A receber com anuidades de 2018	644.049	1.294.854
A receber com anuidades de 2019	1.137.864	2.041.682
A receber com anuidades de 2020	2.371.202	6.263.493
A receber com anuidades de 2021	6.380.090	
Do exercício de 2020		924.855
Do exercício de 2021	1.056.436	
	12.108.671	11.752.290



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021

Em reais

O saldo residual da contribuição devida do exercício de 2021, no montante de R\$ 1.056.436, foi quitado no início de 2022.

11.2 Caixa de assistência dos advogados de São Paulo – CAASP

Descrição	2021	2020
Provisões referentes às cobranças		
A receber com anuidades de 2015		180.243
A receber com anuidades de 2016	214.992	718.061
A receber com anuidades de 2017	823.070	1.556.507
A receber com anuidades de 2018	1.288.097	2.589.708
A receber com anuidades de 2019	2.275.729	4.083.364
A receber com anuidades de 2020	4.742.403	12.526.987
A receber com anuidades de 2021	12.760.179	
Do exercício de 2020		2.119.516
Do exercício de 2021	1.587.554	
	<u>23.692.024</u>	<u>23.774.386</u>

O saldo residual da contribuição devida do exercício de 2021, no montante de R\$ 1.587.554, foi quitado no início de 2022.

11.3 Fundo cultural

Descrição	2021	2020
Provisões referentes às cobranças		
A receber com anuidades de 2015		27.037
A receber com anuidades de 2016	32.250	107.709
A receber com anuidades de 2017	123.460	233.476
A receber com anuidades de 2018	193.215	388.456
A receber com anuidades de 2019	341.359	612.505
A receber com anuidades de 2020	711.360	1.879.048
A receber com anuidades de 2021	1.914.027	
	<u>3.315.671</u>	<u>3.248.231</u>



SÃO PAULO

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021

Em reais

11.4 Fundo de Integração e Desenvolvimento Assistencial dos Advogados (FIDA)

<u>Descrição</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Provisões referentes às cobranças		
A receber com anuidades de 2015		18.024
A receber com anuidades de 2016	21.499	71.806
A receber com anuidades de 2017	82.307	155.651
A receber com anuidades de 2018	128.810	258.971
A receber com anuidades de 2019	227.573	408.336
A receber com anuidades de 2020	474.240	1.252.699
A receber com anuidades de 2021	1.276.018	
Do exercício de 2020		184.971
Do exercício de 2021	17.731	
	<u>2.228.178</u>	<u>2.350.458</u>

O saldo residual da contribuição devida do exercício de 2021, no montante de R\$ 17.731, foi quitado no início de 2022.

12. Retenções contratuais

<u>Descrição</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
CAASP mútuo 2002 e 2003	11.540.366	11.540.366
Atualização monetária	29.458.583	25.818.527
	<u>40.998.949</u>	<u>37.358.893</u>
Circulante	5.462.850	3.902.851
Não circulante	35.536.099	33.456.042

A operação refere-se ao saldo da dívida junto à Caixa de Assistência dos Advogados, negociada mediante o Instrumento Particular de Consolidação, Novação, Mútuo e Confissão de Dívida, de 23 de setembro de 2003, com primeiro aditamento em 3 de julho de 2008, incorporando o saldo residual de 2003 no montante de R\$ 1.683.058, segundo aditivo de 25 de fevereiro de 2013 e terceiro aditamento em 7 de fevereiro de 2018, oriundo de contribuições estatutárias não repassadas nos anos de 2002 e 2003, corrigidos monetariamente.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021

Em reais

<u>Descrição</u>	<u>Valor</u>
Contrato de mútuo Setembro/2003	34.672.177
(+) Aditamento 2008	1.683.058
(-) Pagamentos efetuados em 2006 a 2020	(24.814.868)
(=) Dívida (Principal)	11.540.366
(+) Total atualização monetária	29.458.583
(=) Saldo total atualizado	40.998.949

Não ocorreram pagamentos das parcelas vencidas em 2004 e 2005.

<u>Descrição</u>	<u>Valor</u>
Saldo inicial	37.358.893
(+) Juros do exercício	3.640.056
Dívida (Principal)	40.998.949

Os saldos são atualizados com base no índice de variação do IPC-FIPE. A atual Diretoria estuda a extinção do referido mútuo em conjunto com a Diretoria da Caixa de Assistência dos Advogados. Até a conclusão das discussões e viabilidades, a Diretoria determinou a suspensão dos repasses.

13. Receitas – assistência financeira

<u>Descrição</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Assistência Financeira - Conselho Federal	43.891.262	45.911.100
Circulante	2.019.838	2.019.838
Não circulante	41.871.424	43.891.262

Compreende receita oriunda de subvenção para a aquisição de bens depreciables, relativa às retenções de 30% dos valores dos repasses estatutários devidos ao Conselho Federal, que objetivam a constituição de um fundo destinado à formação de reserva financeira para as aquisições da nova sede para o Conselho Seccional e seu respectivo auditório anexo, além de construções de novas sedes e modernizações para as Subseções de Campinas, Bauru, Ribeirão Preto, Barueri e Socorro.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021

Em reais

Com as inaugurações da nova sede da OAB SP, em agosto de 2014 e o auditório anexo da sede institucional da OAB SP, em agosto de 2018, ambos localizados na Rua Maria Paula, 35, além das inaugurações particularizadas das Subseções, as assistências financeiras passaram a ser reconhecidas no resultado do exercício pelos valores das depreciações dos imóveis, de acordo com o pronunciamento CPC 07 – Subvenção e Assistência Governamentais.

Em 2019, as Diretorias da OAB SP e Conselho Federal promoveram o devido encontro de contas relativo às retenções das cotas estatutárias dos exercícios de 2016, 2017 e 2018, resultando no equacionamento dos saldos. Por decisão unânime, houve repasse pela OAB SP no valor de R\$ 11.074.537, ao passo que o Conselho Federal converteu 50%, compreendidos por R\$ 5.537.269, para investimentos em obras das Subseções do estado de São Paulo.

No resultado do exercício de 2021, foi reconhecida uma receita de R\$ 2.019.838 (R\$ 2.019.838 em 2020), decorrente da depreciação dos bens adquiridos para essas unidades.

O saldo a ser apropriado é composto da seguinte forma:

<u>Descrição</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Subvenção de 2008 a 2021	56.809.964	56.809.964
Depreciação de 2014 a 2021	(12.918.702)	(10.898.864)
Saldo a apropriar	43.891.262	45.911.100

14. Provisão para riscos processuais

<u>Descrição</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Processos cíveis	5.435.747	4.654.896
Processos trabalhistas	3.609.186	4.124.399
Processos previdenciários	133.470	730.944
	9.178.403	9.510.239

A provisão é decorrente de ações judiciais, cíveis, trabalhistas e tributárias e foram constituídas com base na opinião dos assessores jurídicos da OAB SP (risco provável) em montante considerado suficiente para absorver perdas decorrentes do desfecho dessas ações.

Existem outros processos avaliados pela administração e pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R\$



SÃO PAULO
 ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
 Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021

Em reais

15.505.879, em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 11.000.746 em 2020), em processos cíveis para os quais nenhuma provisão foi constituída.

14.1 Movimentação da contingência

<u>Descrição</u>	<u>Movimentação</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	9.510.239
Pagamentos / Baixas	(2.424.971)
Adições	2.093.135
Saldo em 31 de dezembro de 2021	9.178.403

15. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é composto pelo superávit acumulado, conforme demonstrado no quadro das Mutações do Patrimônio Líquido.

No decorrer dos exercícios de 2004 a 2007, a OAB-SP promoveu a reavaliação de imóveis da Entidade, representando aumento do seu Patrimônio Líquido. A realização dessa reserva de reavaliação, por sua depreciação correspondente, é assim representada:

<u>Descrição</u>			<u>2021</u>	<u>2020</u>
	<u>Constituição</u>	<u>Realização</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Reserva 2004	3.298.420	(2.308.893)	989.527	1.121.463
Reserva 2005	837.797	(538.982)	298.815	332.327
Reserva 2007	32.514.262	(4.600.638)	27.913.624	28.174.040
	36.650.479	(7.448.513)	29.201.966	29.627.831



SÃO PAULO

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021

Em reais

16. Receitas ordinárias

Descrição	2021	2020
Anuidades pessoas físicas	315.152.790	309.863.354
Contribuições de pessoas jurídicas		
Contribuições de sociedades do exercício	1.441.725	1.841.481
Contribuições de soc. de exercícios anteriores	611.672	565.463
	2.053.397	2.406.944
Taxas e emolumentos		
Carteiras brochuras de advogados	3.902.811	3.715.786
Cédula de identidade de advogados	1.601.468	1.468.309
Alteração de contrato social	2.600.850	2.059.477
Carteiras brochuras de estagiários	320.746	269.617
Cédula de identidade de estagiários	178.602	150.722
Averbação de contrato de advogados	791.812	417.238
Outras receitas	1.579.258	1.261.758
	10.975.547	9.342.907
Inscrições		
Inscrições de advogados	6.792.243	3.554.131
Inscrições de estagiários	335.199	286.528
Inscrições de sociedades	1.710.722	4.128.027
Inscrição suplementar de advogado	345.587	240.457
	9.183.751	8.209.143
Multas e atualizações monetárias de anuidades		
Multas de anuidades de advogados	1.081.931	998.335
Multas disciplinares	23.935	27.123
Multas de contribuições de sociedades	4.810	5.522
Atualização monetária de anuidade/contribuições	224.857	403.147
	1.335.533	1.434.127
	338.701.018	331.256.475

17. Custo das receitas ordinárias

Descrição	2021	2020
Custo cobrança anuidades PF	(4.819.643)	(6.261.903)
Custo cobrança contribuições PJ	(4.387)	(1.930.378)
Custo cobrança taxas e emolumentos	(3.112.043)	(1.122.370)
	(7.936.073)	(9.314.651)



SÃO PAULO
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
 Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021

Em reais

18. Receitas extraordinárias

Descrição	2021	2020
Concursos		
Inscrições de exame de ordem	8.053.388	2.707.991
	8.053.388	2.707.991
Serviços		
Copiadoras	631.349	633.204
Recebimento assistência médica – subseções	61.277.981	62.828.341
Cursos de curta duração	2.930.464	3.132.311
Cursos longa duração	1.138.018	1.469.179
Outras receitas	1.374.730	1.169.697
	67.352.542	69.232.732
Diversas		
Patrocínios diversos	1.054.628	790.049
Anúncio no jornal do advogado	5.285	2.725
Baile dos advogados	10.000	2.700
Aluguéis para eventos	234.068	173.311
Arrendamento	46.069	63.325
Receitas com impressões	202.476	233.682
Doações ¹	8.071.808	155.940
Outras receitas	3.091.530	4.248.864
	12.715.864	5.670.596
Financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras – CDB	4.829.685	1.763.450
Juros sobre anuidades do exercício	708.973	541.889
Juros sobre anuidades de exercícios anteriores	2.979.914	3.410.941
Rendimentos aplicações financeiras	340.731	110.680
Rendimentos fundos de investimentos	3.266.807	214.699
Outros	312.040	86.455
	12.438.150	6.128.114
	100.559.944	83.739.433

¹ Doações na monta R\$ 6.385.000,00 (seis milhões e trezentos e oitenta e cinco mil reais), para o desenvolvimento de projetos de promoção da memória e verdade em relação a violações aos direitos humanos ocorridas no Brasil durante a ditadura militar e respectiva instalação do Memorial da Luta pela Justiça.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021

Em reais

19. Custo das receitas extraordinárias

<u>Descrição</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Custo copiadoras	(1.254.622)	(1.116.529)
Custo assistência médica – subseções	(59.986.942)	(61.522.442)
Custo jornal do advogado	(139.855)	(449.597)
Custo Exame da Ordem	(407.756)	(376.476)
Custo baile dos advogados	(0)	(28.373)
	<u>(61.789.175)</u>	<u>(63.493.417)</u>

20. Despesas com pessoal

<u>Descrição</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Despesas com pessoal		
Ordenados	48.680.648	50.773.153
Vale-refeição	28.170.316	31.371.569
Assistência médica	25.234.907	23.729.591
Prêmios e gratificações	2.823.756	2.718.171
Vale-transporte	2.304.202	2.224.893
Serviços temporários	35.904	86.845
Horas extras	820.167	346.208
Remuneração de estagiários	571.582	788.966
Aprendizes	693.892	911.429
Auxílio-creche	335.431	432.440
Outras despesas	763.361	2.110.820
	<u>110.434.166</u>	<u>115.494.085</u>
Encargos sociais		
INSS funcionários	14.095.571	14.588.052
Férias	6.392.260	6.562.051
FGTS	6.182.561	8.654.138
13º salário	4.702.894	4.903.838
Outras despesas	2.201.836	2.409.922
	<u>33.575.122</u>	<u>37.118.000</u>
	<u>144.009.288</u>	<u>152.612.085</u>



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021

Em reais

21. Despesas administrativas e gerais

Descrição	2021	2020
Serviços de terceiros – pessoa jurídica ²	35.875.818	20.273.314
Comunicação	5.650.317	5.214.051
Utilidades	5.285.606	4.280.919
Ocupações	5.545.398	2.650.042
Despesas com materiais	4.731.826	4.154.184
Serviços de terceiros – pessoa física	3.797.454	4.458.271
Depreciação	19.572.758	18.318.392
Despesas com viagens e locomoções	2.712.473	2.374.939
Despesas com alimentação	1.707.427	1.029.892
Outras despesas	165.935	112.082
	85.045.012	62.866.086

² No curso do exercício de 2021 foram impulsionadas as contratações de serviços terceirizados relacionados à limpeza, segurança, asseio e zeladoria, cujo estudo teve como base empresas que atendam a todo o Estado, de modo a ampliar o alcance dessas prestações de serviços no âmbito das Subseções com menor onerosidade possível a advocacia. A terceirização dos serviços de *facilities* vem de encontro com medidas para equalização dos custos com folha de pagamentos, objetivando dentre outras frentes, atender ao Provimento nº 185/18 pelo E.Conselho Federal.

22. Superávit do exercício

As movimentações das despesas do exercício de 2021 tiveram um acréscimo de R\$ 14.357.813 (6,62%) sobre o exercício de 2020, ao passo que as receitas líquidas do exercício de 2021 tiveram um acréscimo de R\$ 25.460.669 (11,47%) sobre o exercício de 2020. Contudo, tais cenários demonstram preservação do equilíbrio econômico-financeiro das contas no período.

23. Gerenciamento de riscos

A administração é realizada por meio de estratégias operacionais e o gerenciamento de instrumentos financeiros da Entidade visa liquidez, rentabilidade e segurança. De acordo com a natureza dos instrumentos financeiros, as operações podem envolver riscos conhecidos ou não, sempre de acordo com o melhor julgamento da Entidade na avaliação dos potenciais riscos. Assim, podem existir riscos com ou sem garantias, dependendo de aspectos circunstanciais ou legais.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021

Em reais

O principal fator de risco da Entidade está ligado à liquidez. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade, que monitora continuamente a liquidez para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

a) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é efetuada pela administração, que monitora continuamente a liquidez, para assegurar que a Entidade tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, o cumprimento de metas internas e, quando aplicável, as exigências regulatórias externas ou legais.

b) Risco de taxas de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Entidade vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Para os contratos em empréstimos e financiamentos, a Entidade não tem pactuado contratos de derivativos para *hedge* ou *swap* contra esse risco. Porém, ela monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de mitigar eventuais riscos de volatilidade dessas taxas.

Em 31 de dezembro de 2021, a Entidade não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

24. Trabalho voluntário

Conforme determinado pela Interpretação Técnica – ITG 2002, para efeito de cumprimento da resolução aplicável a entidades sem finalidade de lucros, a Entidade deve identificar e mensurar os trabalhos voluntários por ela recebidos durante o exercício de 2021. Por força de seu estatuto, o cargo de conselheiro ou de membro da diretoria de órgão da OAB é de exercício gratuito e obrigatório, considerado serviço público relevante. Além dessa obrigatoriedade, outro corpo de voluntários dedicou à Entidade trabalhos nas áreas de apoio jurídico.

A Entidade não mensurou o valor justo do trabalho voluntário em decorrência da sua dimensão (nota explicativa nº 1), ocasionada pela elevada quantidade de localidades de atuação e pela ausência de um controle efetivo sobre os



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021

Em reais

trabalhos recebidos de forma voluntária, sendo entendido que, na eventual hipótese da ausência desses trabalhos voluntários, a Entidade não teria impactos financeiros significativos no caixa, possuindo ainda uma estrutura administrativa profissional.

25. Cobertura de seguros

É política da administração manter cobertura de seguro para os bens do ativo imobilizado, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, com base em informações de consultores especializados.

Caio Augusto Silva dos Santos
Presidente

Ricardo Luiz de Toledo Santos Filho
Vice-Presidente

Aislan de Queiroga Trigo
Secretário – Geral

Margarete de Cássia Lopes
Secretária – Geral Adjunta

Raquel Elita Alves Preto
Tesoureira

Rodrigo Colombani Bianchin
Contador CRC01SP290.872/O-5